



PSICÓLOGO DO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE SEU PAPEL E COMPROMISSOS SOCIAIS

Cristiane Pereira da Silva Calixto de Oliveira *

Lydia Akemy Onesti **

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo questionar a atuação profissional do psicólogo, trazendo reflexões sobre as práticas adotadas nas empresas. Um detalhamento das explicações que afligem o ser humano dentro da psicologia é feito, com a finalidade de compreender como ele é visto, pois é a partir dessa concepção sobre o ser humano que suas práticas são direcionadas e escolhidas. Uma incursão breve sobre o processo de formação é feita para se evidenciar a importância do compromisso ético e político em suas práticas, de forma a promover mudanças e transformações sociais necessárias a uma sociedade mais igualitária e comprometida com a coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: Compromisso Ético e Político; Práticas do Psicólogo; Mudanças e Transformações Sociais; Relações de Dominação e Exclusão Social.

ABSTRACT

The present article aims at questioning the psychologist's professional actuation, bringing reflections upon the adopted practices in organizations. A detailed explanation of what afflicts human beings is made in order to understand how these are seen, since it is out of that concept about human beings that the psychologist's practices are directed and chosen. A brief incursion into process is carried out so as to evidence the importance of ethic and political commitment in the psychologist's practices, to promote social change and transformation, necessary for a society to be more egalitarian and committed to the community.

KEY-WORDS: Ethic and Political Commitment; Psychologist's Practices; Social Change and Transformation; Relations of Social Domain and Exclusion.

INTRODUÇÃO

Um dos campos tradicionais de atuação do psicólogo, além da clínica e escolas, é o trabalho em organizações industriais, comerciais e de prestação de serviços, cujas funções a ele atribuídas se desvelam dentro de uma variedade extensa, tornando difícil a caracterização de seu papel. Vale ressaltar que a maioria de suas tarefas não condiz com sua formação, denotando uma cisão concreta entre teoria e prática.

* Psicóloga graduada pelo CESULON.

** Docente do Departamento de Psicologia - CESULON



No cotidiano de seu trabalho, parece que esse profissional é capturado pelas exigências e necessidades mais imediatas, esquecendo-se das questões teóricas em sua formação que, de certa forma, contribuiriam para refletir sobre o seu papel e limites de atuação. Esse envolvimento o afasta cada vez mais do seu compromisso social e político, fundamental às transformações desejadas tanto no âmbito das relações de trabalho quanto para a própria sociedade (BOCK, 1997; PEREIRA, 1999).

Devido às transformações no mundo do trabalho sob o princípio ideológico da modernização, instituindo modos de pensar consentidos e consensuais dirigidos a programas de qualidade total e competência (SELIGMANN - SILVA, 1999), é comum constatar psicólogos envolvidos em tais programas, especialmente o de 5 Ss, sem qualquer posicionamento crítico sobre a dominação por eles exercida. A autora ainda nos alerta sobre os efeitos nocivos para a dimensão psicossocial da reestruturação produtiva e da flexibilização do trabalho com a adoção da concepção de polivalência na classe trabalhadora. Tais efeitos recaem sobre o comprometimento da saúde física e psicológica, com repercussões sérias sobre as esferas familiar, conjugal e social.

Um posicionamento crítico deve então ser assumido a partir do conhecimento das influências negativas das exigências no mundo do trabalho atual, visando a, pelo menos, questionar e refletir sobre as relações de dominação, exploração e exclusão social, para que suas intervenções possam revelar essas preocupações, deixando de lado somente de atender os interesses da empresa.

Portanto, este artigo tem como objetivo refletir sobre o papel do psicólogo do trabalho, apontando o que é necessário para que ele assuma o seu papel como psicólogo-cidadão, comprometido com a sociedade. Para isso, abordaremos brevemente a formação acadêmica e os papéis que historicamente foram desempenhando ao longo do tempo, desde a introdução do taylorismo.

I. TRABALHO E SAÚDE PSICOLÓGICA

Considerando que o Taylorismo se iniciou nas últimas décadas do século XIX, por Frederick Winslow Taylor, com o objetivo de desenvolver métodos para acelerar a produção, organizar e controlar o trabalho, verifica-se que sua utilização não visava ao desenvolvimento de tecnologias no trabalho, nem à satisfação pessoal do trabalhador, mas sim tinha em mente o aumento da produção e seus conseqüentes lucros. Desta maneira, o trabalhador não era visto como um ser humano, mas como uma máquina que deveria produzir cada vez mais, indo de acordo com os objetivos da empresa.

É importante salientar os três princípios básicos do Taylorismo: **a)**- o princípio de dissociação do processo de trabalho das especialidades do trabalhador, que desconsidera o que o indivíduo conhece, fazendo com que o mesmo siga leis e fórmulas para executar seu trabalho; **b)**- o princípio de separação da concepção e execução, que impede o trabalhador de pensar e ser criativo em seu trabalho, causando sofrimento psicológico, uma vez que o impede de desenvolver-se intelectualmente e de forma plena como ser humano e passe a preocupar-se somente o máximo em termos de produção, que é de interesse de outrem e **c)**- o princípio da utilização do monopólio de conhecimento para



controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução a partir das informações que são fornecidas pelo próprio trabalhador (BRAVERMAN, 1987).

Considera-se, assim, que esses princípios são, por sua vez, manipuladores e exploradores, pois objetivam controlar totalmente o trabalho do indivíduo, reduzindo-o a uma mera força de trabalho, o que além de conferir-lhe esta identidade, impede o crescimento e desenvolvimento de suas habilidades nas diversas áreas que compõem a sua vida, tornando-o limitado e condicionado às regras que lhe são impostas.

A forma de organização do trabalho assentada nos princípios tayloristas camufla os mecanismos de exploração, de controle e desumanização dos trabalhadores, pois eles próprios, ao fazerem uso de si mesmos no trabalho acabam considerando-se apenas como força de trabalho, esquecendo-se, muitas vezes, de que são antes de tudo pessoas com direito a uma vida digna. Isto lhes foi "implantado" e acreditam que quanto mais produzirem, melhor será.

Mas essa exploração do trabalhador é mais antiga do que se pensa; desde o princípio da humanidade isto existiu de forma mais explícita. O que nos preocupa, hoje, são os princípios ideológicos que subjazem aos programas institucionais, que camuflam e mascaram a relação de dominação, exploração e principalmente o de exclusão social, conforme nos alerta GUARESCHI(1999). Evidente que neste mundo moderno, onde a flexibilização é uma palavra de ordem e, em especial para o capitalismo flexível, os que estão no poder terão uma posição privilegiada(SENNETT, 1999).

O trabalho não pode ser considerado apenas como um castigo que levará o indivíduo a adoecer e morrer. Ao contrário, deve ser a instância que dignifica o homem-trabalhador. Mas quando o mesmo impede-lhe de ter liberdade para ser ele mesmo no que faz, o expõe a ambientes de risco para sua saúde, explora sua força física ignorando seu lado humano que sofre por trabalhar demasiadamente sem ser reconhecido, pode-se caracterizá-lo como fonte de adoecimento do trabalhador (REBOUÇAS, 1989; DEJOURS, 1992; SELIGMANN - SILVA, 1994; CODO & SAMPAIO, 1996).

Isto tudo decorre das formas sutis de adoecimento embutidas na forma de se organizar o trabalho, como por exemplo, a divisão das tarefas simplificadas que desqualifica o trabalhador, impedindo-o de usar sua criatividade; a organização do trabalho que reprime o trabalhador mesmo fora do seu ambiente de trabalho; a fácil substituição da mão-de-obra; o ritmo intenso de trabalho que impõe um controle total do trabalhador, através da fixação de cotas de produção e, estas por sua vez, estabelecem as jornadas e horários de trabalho, além das pausas e intervalos (para comer, ir ao banheiro, descansar) que não respeitam o funcionamento do seu organismo; o regime de trabalho em turnos alternados (rodízio ou revezamento) que reduzem e afetam o tempo e a qualidade do convívio familiar, pois como a pessoa trabalha muito, o seu tempo livre é usado apenas para o descanso e reposição de energia para o enfrentamento de mais uma semana de trabalho.



Estes tipos sutis de "escravidão" geram tensão, desgaste mental e físico no trabalhador, sendo considerados por REBOUÇAS et al (1989), portanto, como fatores de insalubridade, tais como as más condições de trabalho, cuja forma de adoecimento é explícita, como, por exemplo, a exposição física a poeiras, vapores, gases, calor, barulho, produtos químicos ou ambientes que predispõem a acidentes. Nestas situações, o trabalhador vende não só sua força de trabalho, mas sua própria saúde que, posteriormente, não poderá ser mais recuperada, impossibilitando-o lenta e gradativamente para o trabalho.

Mesmo que as causas do adoecimento no e pelo trabalho sejam evidentes, o trabalhador é prejudicado devido à demora decorrente da burocracia existente nos respectivos órgãos responsáveis. Isto porque a doença só é considerada profissional quando é fisicamente demonstrável a relação de causa e efeito entre trabalho e doença. Isso é possível em profissões cujo risco é detectável. Mas, como geralmente se adoecente lentamente, pela forma de organização do trabalho em que não é possível comprovar tal relação, resta ao trabalhador culpar-se pela sua "fragilidade", seu "nervosismo", retirando, assim, a responsabilidade dos proprietários pelo seu processo de adoecimento e pela manutenção das más condições de trabalho. Evidente que esse processo de autocolpabilização responde a um dos princípios do neoliberalismo: a responsabilização individual pelos seus sucessos e fracassos (ROUANET, 1998).

Apesar de todo esse processo negativo, e ainda mais por se tratar, em sua maioria, de pessoas simples, a empresa, ao usar formas de dominação sutis que mascaram os controles implícitos, é capaz de gerar nos trabalhadores sentimentos de lealdade, gratidão e obediência aos superiores, pois, através do uso de estratégias paternalistas, como oferecimento de alguns benefícios (plano de saúde, facilidade para obtenção de empréstimos, e outros) faz transparecer uma aparente preocupação com o lado humano. Isso só ocorre porque os trabalhadores não têm as informações verdadeiras do que realmente se passa e as empresas se aproveitam disso para se beneficiarem. A esse tipo de relação, SELIGMANN - SILVA (1994) refere-se como uma das formas mais degradantes de dominação sutil, ou seja, o uso da desinformação e da ingenuidade da classe trabalhadora.

Esses trabalhadores cumprem as ordens dadas por temerem ser despedidos e isso gera, de início, sofrimento mental e, posteriormente, uma insensibilidade em relação aos outros na relação consigo (DEJOURS, 1999). Este processo de constituição de individualidades individualizadas esvazia o compromisso com os outros, direcionando para o que SENNETT (1995) denomina de processos de intimização do eu. Associado a isso, DEJOURS (1999) aponta para a questão ética que se instala nas relações interpessoais, onde o medo do desemprego faz com que os trabalhadores se tornem mais vulneráveis e frágeis.

II. REVISITANDO A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

A formação do psicólogo é uma questão complexa, pois o surgimento dessa área de conhecimento inicia-se com conflitos no momento em que ela se separa da filosofia e acaba adotando uma postura subsidiária do modelo de racionalidade das ciências naturais, conforme afirma MOURA (1999). Tal posição, embora sustente-se por um período, começa a ser questionada diante da emergência de novos problemas sociais, cujas causas conduzem a novas formas de olhar para o problema, desvelando a fragilidade das explicações naturalistas até então vigentes.



O modelo naturalista sustenta a existência de uma natureza humana que lhe é dada aprioristicamente. Nesse sentido, entende-se que essa natureza existente em cada ser humano é que o caracteriza como homem e determina suas possibilidades (BOCK, 1997). Assim, sua posição no mundo, sua felicidade e sofrimento dependem exclusivamente de seu esforço, competência, de suas habilidades e aptidões pessoais.

Tal posição, certamente contribuiu para a formação mais técnica do psicólogo, como também para a culpabilização pessoal do próprio indivíduo que sofre, camuflando, assim, a determinação social do homem e de seus sofrimentos. A atuação do psicólogo dentro desta condição é voltada para a análise das dificuldades pessoais e orientações que o ajudem a lidar com seu contexto de vida, sem haver preocupação com a análise do contexto em si. Evidente que tal atuação não traz como foco de análise a relação indivíduo-sociedade, mas sim a idéia de que o psicólogo, em sua prática, deve prestar auxílio e ajuda ao seu cliente, através da promoção de seu autoconhecimento. Evidencia-se aí, conforme a autora, uma posição de onipotência, na medida que o psicólogo detém um saber e conhecimento específico que o capacita para tal.

Ignorar a dimensão da construção social da subjetividade em suas práticas é caracterizar uma atuação totalmente desvinculada da realidade social, realidade essa que constitui e dá sentido ao ser humano (BOCK, 1997). Desta forma, contribui para a manutenção do individualismo, valor central da ideologia liberal, deixando de apreender o ser humano em situações reais e concretas, para trabalhar em favor de sua adaptação às condições vigentes. A autora afirma que a Psicologia deixará de ser criticada quando ela colocar em sua prática uma finalidade social e política, desvelando as contradições que permeiam a sociedade e promovendo a conquista da cidadania e o conhecimento de seus direitos como seres humanos assim como a constituição de sua subjetividade através do contínuo processo de interiorização e exteriorização da realidade social a que está submetido. Esta posição também é sustentada por outros psicólogos compromissados com uma sociedade mais justa e igualitária (PATTO, in AZEVEDO & MENIN, 1995; CARRARA, 1996; BOCK, 1997; MOURA, 1999). Conforme MOURA (1999, p. 15):

"A transformação da realidade social ocorre a partir do embate produzido na articulação do sujeito com sua realidade concreta, nos espaços coletivos, através de trocas intersubjetivas, na produção de significados socialmente compartilhados, capazes de reinventar a existência no mundo. O psicólogo, ao desconhecer este processo, não apenas adapta o sujeito, mas também justifica os mecanismos sociais de exclusão na medida em que "rotula" de "anormais", aqueles que se diferenciam e se afastam dos parâmetros da norma estabelecida. Torna-se um profissional cuja prática não contribui para a transformação social, mas para a legitimação das desigualdades em favor de uma ordem social injusta e, muitas vezes, perversa".



Depreende-se, portanto, a necessidade premente de formar psicólogos-cidadãos para que as suas intervenções possam caminhar na direção oposta da adaptação dos seres humanos à realidade social, ou seja, transformá-la e ser por ela transformado a partir da sua ação.

III. PAPEL DO PSICÓLOGO NO MUNDO ATUAL DO TRABALHO

A partir da Revolução Industrial e com o surgimento das primeiras fábricas começa-se a exigir maior produtividade e, conseqüentemente, aparecem problemas relacionados com o controle da produção. Taylor adaptou o trabalho às necessidades do capital, implementando princípios que possibilitaram a imposição de uma forma de se trabalhar, sobre a qual a classe trabalhadora não detinha qualquer possibilidade de mudança (BRAVERMAN, 1987).

Com isso, ele criou um modo de se trabalhar mais, tornando o trabalhador alienado e mais produtivo, porém com reflexos negativos à sua condição de ser humano. Ao fragmentar o trabalho, o ato de criar se atrofia devido à repetitividade de movimento em tarefas simples e rotineiras que não utiliza de todo seu potencial. Outra conseqüência nefasta refere-se à desvalorização e desqualificação com maior facilidade de sua substituição por mão-de-obra mais barata.

Neste panorama de exploração, dominação e alienação proporcionado pelos princípios da organização racional do trabalho que exigem trabalhadores com limitado número de habilidades, é que se iniciam e aprimoram processos de seleção de pessoal, cujo lema é: o homem certo no lugar certo. Isso significa contratar pessoas que possam dar o melhor de si a favor da produção, traçando um perfil do trabalhador desejado, perfil esse que não lhe permite crescer e evoluir para a vida dentro e fora do trabalho.

Tradicionalmente, os psicólogos vêm trabalhando nas empresas em espaços bastante restritos e com um papel também limitado, atendendo mais aos interesses da produção e da empresa, através de seleção e "treinamento" de pessoal, fato este citado por MELLO(1998). Suas atividades não condizem e nem se aproximam do compromisso social e político que deveriam caracterizar a atuação do psicólogo em qualquer contexto de trabalho. MALVEZZI (1979) e CODO *in* LANE & CODO (1984) alertam que existem psicólogos que ainda desenvolvem mais atividades que estão a serviço do capital, tais como: seleção e adestramento de pessoal, utilização de testes para avaliação de potencial, sem refletir sobre as conseqüências de sua prática.

Porém é necessário apontar o quadro atual de conseqüências mais negativas que se impõem à classe trabalhadora pela introdução de transformações nos processos produtivos e pelo avanço da tecnologia, uma vez que o trabalho humano vem sendo sistematicamente eliminado do processo de produção (RIFKIN, 1995). Conforme o autor, a ruptura em relação ao passado é que o aumento da produção pode ser feito agora sem o aumento da mão-de-obra, significando, portanto, desemprego. Associado a isso, a adoção de estratégias empresariais que garantam maior produtividade e lucratividade vem ocupando espaços legitimados pela ideologia da qualidade, deslocando um número cada vez maior de pessoas para o desemprego.



Diante desse quadro, entende-se que as relações de dominação, atualmente, vêm diminuindo gradativamente para dar lugar a um outro tipo de violência impetrada à classe trabalhadora: a relação de exclusão social que impede o acesso da classe trabalhadora ao mundo do trabalho. Ainda precisamos considerar que a especificidade exigida do trabalhador já não é mais valorizada e sim sua multifuncionalidade e polivalência, desenhando-se um novo perfil de trabalhador.

Se o panorama das relações de trabalho modificou, é importante entender que novos problemas relacionados aos modos de produção, de relacionamento interpessoal estão presentes nas organizações, trazendo repercussões à sociedade e à maioria da população nela inserida. Isso exige, principalmente, do profissional de psicologia, reflexões e mudanças na sua forma de atuação. Assim, tanto no processo de formação como de atuação desse profissional, deve-se levar em conta a realidade social presente na sociedade onde exercerá sua prática para que ela não se caracterize como meramente adaptativa à nova ordem social e desconectada do todo. Conforme BRANCO (1998, p.30),

"a sociedade tem demandado o psicólogo para atividades de ajustamento social, para o aumento da eficiência dos indivíduos e do sistema. Surge daí, a preocupação com os instrumentos de medida que servirão para classificar, selecionar, reeducar e tratar. Ao responder a esse tipo de demanda, o psicólogo se compromete com a reprodução das relações instituídas e funciona como o legitimador da desumanização do homem".

É necessário, portanto, um olhar atento e contínuo aos meios pelos quais se criam e recriam as desigualdades sociais, ao invés de focar somente o indivíduo e os seus problemas, sem considerar a realidade histórica e social que o constitui. Isso possibilita-lhe libertar-se das demandas tradicionalmente exigidas e por ele atendidas, para ampliar seus espaços de atuação, com práticas voltadas para o compromisso ético com o ser humano e com mudanças sociais. Nesse sentido, o seu trabalho fundamentalmente estará posicionado de forma a não legitimizar as relações de violência que se encontram presentes na sociedade.

É evidente que a compreensão das conseqüências psicossociais pelas transformações atuais e a forma com que novas relações sociais são instituídas deverão constituir-se no foco central de análise e atenção dos psicólogos que pretendam transcender e resistir aos ditames dos valores veiculados pela sociedade neoliberal. Nesse sentido, sua formação e atuação profissional deverão estar articuladas com projetos coletivos, reduzindo o individualismo cada vez mais crescente e visível na atualidade.

Todo e qualquer profissional, incluindo-se o psicólogo, deve estar comprometido com a promoção da saúde de todos pertencentes à sua comunidade, o que exige um compromisso com a sociedade em que vive. Nas palavras de BOCK (1997, p. 41):

"Um psicólogo aliado da transformação social, do movimento da sociedade e dos interesses da maioria da população.... Um psicólogo permeável às inovações que aceite o desafio de, coletivamente, produzir alternativas à Psicologia tradicional".



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, M. A. & MENIN, M.S.(Orgs). **Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro**. São Paulo: Cortez/Fapesp, 1995.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do Psicólogo: um debate a partir do significado do Fenômeno Psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 2, p. 37-42, 1997.
- BRANCO, Maria Teresa Castelo. Que profissional queremos formar? **Psicologia: Ciência e Profissão**, n.3, ano 18, p.28-35, 1998.
- BRAVERMAN, Harrey. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- CARRARA, Kester. Psicologia e construção da cidadania. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v.16, p. 12-17, 1996.
- CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson. **Sofrimento Psíquico nas Organizações**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CODO, Wanderley. O Papel do Psicólogo na Organização Industrial (Notas sobre o "lobo mau" em Psicologia). *In*: LANE, Sílvia, T.; CODO, Wanderley et al. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho - estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. São Paulo: FGV, 1999.
- GUARESCHI, Pedrinho, A. Pressupostos Psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. *In*: SAWAIA (Org). **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MALVEZZI, Sigmar. **O papel dos psicólogos profissionais de recursos humanos**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. 131p., 1979.
- MELLO, Sílvia Leser. Entrevista. **Cadernos de Psicologia do Trabalho**. Publicação da Universidade de São Paulo, n.1, v.1, p. 57-63, 1998.



- MOURA, Eliana Perez Gonçalves. A Psicologia (e os psicólogos) que temos e a Psicologia que queremos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n.2, ano 19, p.10-19, 1999.
- PEREIRA, Magali Cecili Surjus. O mundo contemporâneo e o compromisso de psicólogos com a definição de uma nova estética da vida social. In: SILVEIRA, Andréa F. et al. (Org.) **Cidadania e Participação Social**. Porto Alegre: Abrapso Sul, 1999.
- REBOUÇAS, José Antônio de Arruda *et al.* **Insalubridade e morte lenta no trabalho**. São Paulo: Oboré, 1989.
- RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron, 1995.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. São Paulo: Cortez, 1994.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desemprego: A dimensão psicossocial** - Conferência proferida no XXVII Congresso Interamericano de Psicologia. Caracas, 1999.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

